

Conselheiros querem eliminar sigilo

Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI; Eduardo Seabra Fagundes, presidente da OAB, e o presidente da ABE, professor Benjamim Albagle, em entrevista coletiva concedida momentos antes de participarem da reunião do CDDPB, manifestaram-se favoráveis à quebra do sigilo sobre as decisões tomadas pelo Conselho e garantiram que de sua parte não vai existir, uma vez que relatarão tudo o que for decidido às entidades que representam.

— Vou propor ao presidente do Conselho — disse o professor Benjamim Albagle — que a lei que rege o CDDPB seja revogada e se retorne à lei original, denominada Bilac Pinto, que alterava a composição do Conselho e permitia que as decisões fossem públicas.

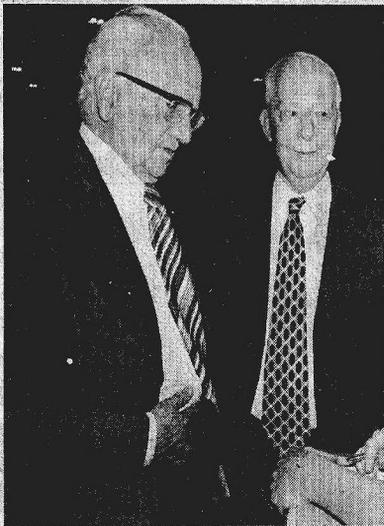
O professor adiantou também que já pediu a revisão do caso do ex-deputado desaparecido Rubem Paiva e do caso Parasar.

Manifestando-se otimista em relação ao trabalho do CDDPB, Barbosa Lima Sobrinho afirmou:

— Tem-se que ser otimista para lutar por aquilo que se deseja.

Lembrou um provérbio chinês muito usado, segundo ele, pelo presidente do MDB: “é melhor acender uma vela que maldizer a escuridão”. “Ao citar o provérbio, o presidente da ABI reformulou-o, dizendo: “É melhor acender uma vela sem deixar de maldizer a escuridão”.

Barbosa Lima acha que o MDB deveria participar do Conselho. Citou



Barbosa Lima Sobrinho e Pedro Calmon relatam a reunião do CDDPB

também a emenda apresentada pelo senador Franco Montoro, sobre a participação da CNBB no Conselho.

Quanto ao sigilo, Barbosa Lima declarou:

— O silêncio é inexequível. Somos delegados de órgãos coletivos e temos que prestar contas do que for decidido às nossas associações e aos nossos conselhos.

Seabra Fagundes, presidente da OAB, considera o sigilo uma violação dos direitos da pessoa humana.

— O sigilo — declarou — contraria as próprias regras da administração pública brasileira. Todos os órgãos,

inclusive os colegiados, têm que trabalhar com a maior liberdade possível. Portanto, espero que o sigilo seja levantado.

O presidente da OAB disse que tem sugestões a apresentar ao Conselho, mas como a quebra do sigilo ainda não foi determinada, preferiu não apresentá-las à imprensa.

Afirmou também que não serão apresentados no Conselho apenas relações de nomes de pessoas consideradas desaparecidas, mas casos concretos que confirmem o desaparecimento.

Quanto à proposta do ministro da Justiça para que só se investiguem casos de desaparecimentos daqui para a frente, o presidente da OAB disse:

— Não vejo por que se arquivar processos já em andamento. Considero importante revisar todos os casos de pessoas desaparecidas.

No Rio, ao desembarcarem, Barbosa Lima Sobrinho e Pedro Calmon disseram que saíram satisfeitos da reunião do Conselho dos Direitos Humanos. Segundo eles, foram discutidos o sigilo das sessões e o problema dos desaparecidos, além de ter sido feito um apelo para que o Brasil homologue a Convenção dos Direitos Humanos de 1969.

O advogado Seabra Fagundes disse que houve a eleição do vice-presidente do Conselho. Informou ainda que o sigilo das reuniões será debatido a cada encontro. Segundo ele, o clima no Conselho é de diálogo.